

COMUNICAÇÕES

DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS RURAIS

Prof. Doutor Artur Cristóvão

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Excelentíssimo Senhor Presidente

Caríssimos Participantes nesta Sessão.

Queria partilhar convosco algumas reflexões resultantes de um olhar sobre o desenvolvimento dos meios rurais, olhar esse não exclusivamente meu, mas baseado igualmente no olhar de outros, que citarei.

Nesta comunicação tentarei tocar nalguns pontos, de forma breve:

1. Em primeiro lugar, direi algo sobre os espaços rural e urbano de uma forma geral;
2. Referirei depois as políticas de desenvolvimento que têm sido seguidas e alguns dos seus efeitos, nomeadamente na crise presente, mas não recente, dos meios rurais;
3. Direi algo sobre o estado da agricultura, naturalmente elemento importante neste debate;
4. Finalmente, apresentarei algumas ideias para que o mundo rural regresse em força, como elemento importante nas políticas e nos actos no nosso país.

Muito rapidamente, em relação ao primeiro aspecto, espaço rural e espaço urbano. Em primeiro lugar, quero sublinhar a diversidade do espaço rural. De facto, não lidamos no nosso país com um único espaço rural, mas sim com uma grande diversidade de espaços com

características muito diferentes. Em segundo lugar, desejo referir que cada vez mais o rural e o urbano não se distinguem senão em termos analíticos e num plano muito macro, pois quer no plano dos modos de vida, quer na própria economia, há uma interpenetração crescente do rural e do urbano.

No caso dos modos de vida, as áreas rurais e as áreas urbanas tendem crescentemente a aproximar-se, verificando-se o fenómeno que Ernâni Lopes e outros (1989, 131) designam por “urbanizar-se sem mudar de lugar”. Efectivamente, as populações rurais têm mudado de actividade e alterado os seus hábitos, comportamentos e consumos, urbanizando-se progressivamente. Tal se deve, naturalmente, à educação, aos meios de comunicação, às migrações, à acção de todo um conjunto de agentes.

Por outro lado, no caso da actividade económica, é conhecida a interpenetração crescente entre a actividade agrícola e outras, sendo bem visível o fenómeno da pluri-actividade, bem como as deslocações quotidianas que se verificam entre as zonas rurais e os centros urbano-industriais. Portanto, podemos falar, como faz Carminda Cavaco, de um contínuo entre o urbano e o rural, ideia importante para termos presente neste debate.

Relativamente ao segundo ponto, a questão das políticas de desenvolvimento, considero importantes algumas referências.

Julgo que é impossível isolar as transformações que têm ocorrido no mundo, de uma forma geral, nas últimas décadas, do pensamento, das políticas e práticas de desenvolvimento e sua evolução. Assim, se há 30 ou 40 anos a ênfase, em termos conceptuais, era colocada no crescimento económico e há 20 anos falávamos no crescimento com distribuição da riqueza, há menos tempo foram introduzidas as questões do desenvolvimento sustentado e do ambiente, que hoje estão na ordem do dia. Actualmente, para muitos, a questão central é a vida,

como destaca de forma muito interessante Max-Neef (1992) num artigo publicado na revista “A Rede para o Desenvolvimento Local”, sintomaticamente chamado “Chamar Desenvolvimento a um Suicídio Colectivo”, cuja leitura recomendo.

A questão do crescimento económico tem sido, pois, marcante. O pensamento e prática dominantes nas últimas décadas em termos de desenvolvimento têm-no equacionado como crescimento. Este crescimento tem sido sobretudo estimulado à custa do sector industrial e do factor investimento.

Na raiz desta perspectiva está a revolução industrial, o desenvolvimento do capitalismo de uma forma geral e o progresso tecnológico. No caso da agricultura tal significou, nomeadamente, uma subordinação da agricultura às concepções e políticas industrialistas e a sua própria industrialização, com recurso a todo um conjunto de tecnologias, e naturalmente também a sua integração mercantil.

São conhecidas as análises críticas do paradigma de crescimento, que têm subido de tom e dado origem a todo um conjunto de questões relativas à desigual distribuição de riqueza e aos dualismos - por um lado, o desenvolvimento do sector urbano-industrial e, por outro, a desvitalização e a crescente estagnação dos meios rurais, a sobrevalorização da dimensão quantitativa do desenvolvimento e a desvalorização da dimensão qualitativa, incluindo os aspectos da dignidade humana, da justiça, da liberdade, etc. - e também as questões ligadas com o ambiente, como, por exemplo, os danos ecológicos significativos originados.

Uma análise interessante é a de Roque Amaro (1990) que, falando sobre o conceito de desenvolvimento dominante, menciona um conjunto de mitos com os quais todos estamos familiarizados - o economicismo, o quantitativismo, o industrialismo, o produtivismo, o tecnologismo, o consumismo, o urbanismo, o individualismo.

De uma forma geral, estas políticas de desenvolvimento têm levado a uma desvalorização muito acentuada dos recursos regionais e locais, sendo prioritariamente orientadas por estratégias de saída de capitais e de pessoas. Relacionados com esta situação estão os conhecidos fenómenos da industrialização, da urbanização e da centralização da tomada de decisões. Em suma, aquilo que temos observado, e com efeitos muito significativos nas áreas rurais, é um “desenvolvimento” fundamentalmente comandado pelo exterior e em seu benefício.

A título de exemplos notórios no espaço rural, podemos falar da interdição do uso dos baldios (na década de 40 e seguintes), quando estes eram - e ainda o são hoje - um recurso de grande valor para as gentes da montanha no Norte e Centro do país, o abandono de raças e espécies autóctones em resultado da vertigem da modernização da agricultura, a negligência da não-valorização de muitos produtos de qualidade e os fenómenos migratórios intensos. Sintetizando, temos assistido a uma progressiva marginalização e declínio de muitas zonas rurais.

Quais são alguns sinais desta crise dos meios rurais? No nosso País o rural corresponde fundamentalmente ao interior e existem duas faixas de alta densidade urbana, que se resumem ao litoral ocidental e sul do país (Gaspão, 1991, citado por Carminda Cavaco, 1993).

É importante destacar que os percursos de evolução do litoral e do interior estão intimamente ligados, fenómeno não-exclusivo ao nosso País, sendo duas faces da mesma moeda. Observamos com nitidez, no nosso caso e em termos de políticas e de projectos, uma situação de enviesamento urbano-litoral, que se traduz, nomeadamente, na concentração de infra-estruturas no litoral, na oferta superior de serviços e outras condições mais atractivas para as populações e para os investimentos. A este enviesamento litoral-urbano tem correspondido a marginalização do interior rural, que se transformou em área periférica. De uma maneira geral, quando hoje falamos do mundo

rural, referimos todo um conjunto de características marcantes da estagnação sócio-económica: a localização periférica, os transportes e comunicações deficientes, as raras possibilidades de emprego, a baixa qualificação de recursos humanos, os baixos rendimentos médios, a partida de jovens, e naturalmente o envelhecimento da população.

As tendências de fundo em relação ao interior rural, aspecto importante nas análises que têm sido feitas, de maneira genérica não-optimistas, apontam para o aumento dos desequilíbrios geográficos regionais e para o reforço da litoralização do sistema urbano português (Lopes et al., 1989: 30).

Não conheço com pormenor o caso do Alentejo mas, no caso de Trás-os-Montes, estudos recentes realizados pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano sobre a região (CEDRU, 1992) transfronteiriça de Trás-os-Montes - Zamora apontam para uma situação duplamente periférica, quer em termos de relações espaciais, quer em termos de relações económicas, indicando uma tendência forte e constante para a diminuição da população. Nas últimas três décadas tem-se observado uma rarefacção demográfica generalizada, um decréscimo acentuado da população, um desequilíbrio forte da estrutura etária e a queda da natalidade e da fecundidade, uma intensa saída para o exterior e um grande fluxo para as áreas urbanas situadas na própria região. Como sinal positivo, um decréscimo da mortalidade bruta infantil. Estes factores são visíveis mesmo na região do Douro, que continua a ser uma das áreas mais povoadas de Trás-os-Montes, onde mesmo assim nos últimos 30 anos a densidade populacional baixou cerca de 24%.

Nas zonas de montanha o panorama é ainda mais acentuadamente negativo. Alguns estudos sobre o Barroso apresentam a decadência económica ligada a carências infra-estruturais, paralisia do investimento produtivo, falta de diversificação de actividades, uma agricultura cada vez menos compensadora e atractiva, registando-se

rarefacção de mão-de-obra, envelhecimento da população, incerteza na sucessão e perda de dinamismo. A vida social tem perdido vigor e elasticidade e a cultura local tem-se desvitalizado. Também o quadro político é negativo, registando-se um desinteresse pela área - aspecto aliás não-exclusivo das zonas de montanha de Trás-os-Montes -, devido ao enfraquecimento que estas zonas apresentam em termos de peso eleitoral e de contributo para o produto (Ribeiro, 1992: 75-77).

Uma nota sobre o estado da agricultura.

As políticas adoptadas tiveram naturalmente reflexos acentuados na agricultura. As dificuldades não são de hoje, observam-se desde os anos 50, altura em que a concepção industrialista do Estado subordinou esta actividade e o seu desenvolvimento às necessidades do processo de industrialização, mas têm-se acentuado nos últimos anos. Temos verificado uma importância crescente dos rendimentos exteriores à agricultura nas famílias que vivem no meio rural, défices elevados da balança comercial agrícola em termos nacionais, a perda crescente do peso da agricultura na economia, a retracção da área agrícola e, como já foi referido, o despovoamento, sobretudo no Norte interior e no Alentejo (Baptista, 1994: 910-914).

Poderíamos fazer algumas referências mais desenvolvidas sobre a agricultura. Gostaria de chamar a atenção para um trabalho publicado recentemente pelo Ministério da Agricultura, intitulado *Dois Contributos para um Livro Branco sobre a Agricultura e o Meio Rural*, que contém dois textos muito importantes, um do Professor António Covas, da Universidade de Évora e outro do Professor José Portela, da Universidade de Trás-os-Montes. Ambos fazem duas análises diferentes e exaustivas sobre as questões da agricultura e do meio rural. Não terei agora tempo para me alongar sobre eles, gostaria no entanto de dizer que um dos importantes estrangulamentos apontados ao desenvolvimento da agricultura tem a ver com a relação poder político-agricultura. Também outros textos que consultei, de

fontes muito diversas, chamam a atenção para esta relação, que caracterizam como o relacionamento senhor-escravo, de indiferença, desinteresse e ausência de vontade política.

O factor político é, talvez, um dos factores mais significativos neste aspecto. Num dos textos do referido *Livro Branco*, José Portela diz que os futuros da agricultura portuguesa e do meio rural reclamam uma profunda alteração do modo de ver aquelas realidades. Aos políticos de todos os quadrantes e escalões, do nacional ao local, reclama-se uma mudança radical no modo de agir (MA, 1993: 293).

Em relação à busca de estratégias alternativas que permitam um relançamento e um regresso em força do mundo rural, julgo existirem quatro aspectos importantes, a referir eventualmente com mais pormenor no debate:

- A definição de políticas apropriadas, concretizadas na territorialização das políticas de desenvolvimento, ultrapassando as perspectivas sectoriais que têm dominado, havendo a necessidade de cruzar políticas de base comuns a todas as áreas rurais com políticas específicas adequadas a cada tipo de área rural, uma vez que trabalhamos num contexto de grande diversidade (Almeida et al., 1994: 23). Estas políticas devem contemplar a animação do desenvolvimento local em meio rural. Esta ideia do desenvolvimento local em meio rural tem sido recentemente bastante apoiada mas, infelizmente, verifica-se no terreno que as associações de desenvolvimento local estão à beira do estrangulamento económico, tendo nos últimos meses decrescido significativamente as suas actividades;
- A diversificação da economia rural necessariamente ligada ao reconhecimento de que o ambiente rural é bem mais de que um simples formador de bens alimentares, é um espaço

multifuncional. Tal implica a possibilidade de valorizar todos os recursos existentes, incluindo os patrimónios ambiental e cultural.

- O desenvolvimento institucional, a nível regional e local, uma vez que, apesar do enriquecimento institucional verificado nos últimos anos, existem ainda fraquezas notórias. Ferreira de Almeida et al. (1994, 20-21) são claros a este respeito. Partindo da ideia basilar de que o mundo rural é um sistema aberto, sublinham:
 - Para cada área rural são tão decisivas as suas características endógenas como a qualidade das relações que estabelecem com o exterior;
 - Os agentes (individuais e institucionais) das áreas rurais terão de conseguir competir, negociar e cooperar num palco que é global e que obviamente apresenta pouca propensão para o protecção;
 - A dimensão institucional deixa de ser um meio, entre outros, de desenvolvimento, para se transformar, ela própria, num objectivo a atingir;
 - Liderança, representatividade e credibilidade a nível local e face a instituições ou agentes exógenos, constituição de formas de parceria “verticais” ou “horizontais”, “lobbismo” rural são exemplos de dimensões reconhecidas como essenciais, mas cujo correcto accionamento está ainda longe de ser alcançado.
- O recurso a novas formas de intervenção, nas quais a educação terá um papel muito importante. Crescentemente, “o valor das contribuições dos agentes externos será medido em termos da

melhoria da capacidade das pessoas para determinarem o seu próprio futuro” (Manila Declaration, citado por Kosten, 1990, 219). Possíveis linhas de força num novo modelo de intervenção poderão ser (Cristóvão, 1995:):

- O apoio ao reforço das instituições locais, nomeadamente em termos de autonomia de acção;
 - A formação de líderes;
 - O facilitar de acesso rápido à informação;
 - A formação para a cultura democrática e para o desempenho cívico e político da sociedade civil;
 - A animação dos processos participados de investigação-acção, dirigidos para a promoção do desenvolvimento local.
- Em última análise, há que reconhecer que não existem soluções duráveis no curto prazo. Assim, o desenvolvimento das áreas rurais exige mudanças e adaptações constantes, que desafiam a participação e criatividade dos cidadãos e das instituições.

REFERÊNCIAS

- Almeida, J.F., J.F. do Amaral, A. Borrego, L. Lapudra e J. Ferrão. (1994). **Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento? Uma experiência no Concelho de Almeida**. Lisboa: CAIS/CIES.
- Batista, F.O. (1994). A Agricultura e a Questão da Terra - do Estado Novo à Comunidade Europeia. **Análise Social**, Vol. 29, n.º 128, pp. 907-921.

- Cavaco, C. (1993). **Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local**. Lisboa: Programa de Artes e Ofícios Tradicionais.
- CEDRU. (1992). **Estudo sobre a Região Transfronteiriça Trás-os-Montes - Zamora. Alto Trás-os-Montes e Douro**. Vol. 2A. Lisboa: CEDRU.
- Cristóvão, A. (1995). Educação Extra-Escolar como Paradigma do Desenvolvimento Endógeno. **Cadernos de Apoio para o Dirigente/Animador Associativo** nº 3, pp 53-62.
- Kosten, D. (1990). **Getting to the 21th Century: Voluntary Action and the Global Agenda**. West Hartford: Kumariam Press.
- Lopes, E, E.M. Grilo, J.M.Nazareth, J. Aguiar, J.A. Gomes e J.P. do Amaral. (1989). Portugal: **O Desafio dos anos 90**. Lisboa: Editorial Presença.
- Max-Neef. (1992). Chamar Desenvolvimento a um Suicídio Colectivo. **A Rede para o Desenvolvimento Local**, nº 7, pp. 15-22.
- Ministério da Agricultura. (1993). **Dois Contributos para um Livro Branco sobre a Agricultura e o Meio Rural**. Lisboa: MA, Secretaria-Geral.
- Ribeiro, M. (1992). A Condição do Idoso no Contexto das Transformações Sócio-Económicas Recentes em Regiões de Montanha - O Caso do Barroso. **Economia e Sociologia**, nº 53, pp. 67-90.
- Amaro, R.R. (1990). Desenvolvimento e Injustiça Estrutural. **Communio**, nº 5, pp. 448-459.